

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS
CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS -
FIECAFI

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS -
FIPECAFI

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Demonstração do valor adicionado

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho Curador e Diretoria Executiva da
Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - Interpretação técnica ITG 2002 (R1) - "Entidades sem finalidade de lucro" aprovada pela Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Fundação, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Fundação. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possa gerar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.

CRC 2 SP 013846/O-1

Carlos Aragaki

Contador CRC 1 SP 132091/O-1

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS - FIPECAFI

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2022	2021		Nota explicativa	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	2.805.749	3.345.792	Fornecedores	4.4	802.412	702.790
Contas a receber	4.2	3.456.130	2.810.841	Obrigações trabalhistas	4.5	2.174.898	1.851.974
Adiantamentos diversos		481.440	435.416	Tributos a recolher	4.6	327.038	216.700
Outros ativos		288.012	329.657	Contas a pagar	5.2	638.820	730.053
		<u>7.031.331</u>	<u>6.921.706</u>	Empréstimos a pagar	4.3	1.991.654	-
				Serviços prestados a pagar	4.7	2.561.052	1.349.840
				Adiantamentos de clientes	4.8	480.431	733.173
						<u>8.976.305</u>	<u>5.584.530</u>
Não circulante				Não circulante			
Investimentos e Propriedades para investimentos	3.1	28.100.856	15.720.856	Contas a pagar	5.2	1.171.171	1.700.000
Depósitos judiciais	5.1	51.798.455	51.418.536	Empréstimos a pagar	4.3	3.949.605	-
Imobilizado	3.2	16.888.056	17.672.373	Provisão para demandas judiciais	5.3	33.534.155	34.155.949
Intangível	3.3	298.498	33.569			<u>38.654.931</u>	<u>35.855.949</u>
		<u>97.085.865</u>	<u>84.845.334</u>				
				Patrimônio líquido	6.3		
				Patrimônio social		45.000.000	32.000.000
				Ajuste de avaliação patrimonial		9.121.494	2.151.410
				Superávit acumulado		2.364.466	16.175.151
						<u>56.485.960</u>	<u>50.326.561</u>
Total do ativo		<u><u>104.117.196</u></u>	<u><u>91.767.040</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>104.117.196</u></u>	<u><u>91.767.040</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS - FIPECAFI

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Receita líquida de serviços	2.1	31.092.080	30.637.121
(-) Custos dos serviços prestados	2.2	(25.693.179)	(23.502.920)
(=) Resultado bruto com serviços		5.398.901	7.134.201
(+) Outras receitas e despesas recorrentes			
Despesas administrativas	2.3	(11.847.079)	(8.281.089)
Receitas de aluguéis	2.4	1.660.386	973.462
Ganho na variação de propriedades para investimento	3.1	3.730.000	4.060.000
Outras receitas/(despesas) operacionais		209.861	248.707
		(6.246.832)	(2.998.920)
Déficit/Superávit antes das operações não recorrentes		(847.931)	4.135.281
Despesa com provisões para riscos tributários/fiscais/trabalhistas		-	(104.827)
		-	(104.827)
Déficit/Superávit antes do resultado financeiro		(847.931)	4.030.454
Receitas financeiras	2.5	111.884	202.369
Despesas financeiras	2.5	(335.083)	(226)
Resultado financeiro líquido		(223.199)	202.143
Déficit/Superávit do exercício		(1.071.130)	4.232.597

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS - FIPECAFI

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	2022	2021
Déficit/Superávit do exercício	(1.071.130)	4.232.597
Ajuste de avaliação patrimonial - imobilizado para propriedade para investimento	7.230.529	-
Outros componentes do resultado abrangente	(260.445)	(79.682)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>5.898.954</u>	<u>4.152.915</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS - FIPECAFI

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)

	Nota explicativa	Patrimonio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávits(Déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		32.000.000	2.231.092	11.862.872	46.093.964
Ajuste de avaliação patrimonial	6.3	-	(79.682)	79.682	-
Superávit do exercício		-	-	4.232.597	4.232.597
Saldos em 31 de dezembro de 2021		32.000.000	2.151.410	16.175.151	50.326.561
Ajuste de avaliação patrimonial - imobilizado para propriedade para investimento			7.230.529	-	7.230.529
Transferência de superávit		13.000.000	-	(13.000.000)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	6.3	-	(260.445)	260.445	-
Déficit do exercício		-	-	(1.071.130)	(1.071.130)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		45.000.000	9.121.494	2.364.466	56.485.960

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS - FIPECAFI

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Déficit/Superávit do exercício		(1.071.130)	4.232.597
Itens que não afetam o caixa operacional			
Depreciação e amortização	3.2 e 3.3	612.995	501.728
Juros a transcorrer		35.359	-
Provisões para demandas judiciais (tributários/fiscais/trabalhistas)		-	104.827
Perdas de crédito esperadas	4.2	(585.971)	759.527
Ganho na variação de propriedades para investimento	3.1	(3.730.000)	(4.060.000)
Déficit/Superávit do exercício ajustado		(4.738.747)	1.538.679
Aumento/(Diminuição) das contas de ativo e passivo			
Contas a receber		(59.318)	(1.130.269)
Adiantamentos diversos		(46.024)	(138.559)
Depósitos judiciais		(379.919)	(2.122.387)
Fornecedores		99.622	264.100
Obrigações trabalhistas		322.924	73.632
Serviços prestados a pagar		1.211.212	(506.346)
Adiantamentos de clientes		(252.742)	93.814
Provisão para demandas judiciais		(621.794)	506.726
Outros		(468.079)	500.899
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		(4.932.865)	(919.711)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições do ativo imobilizado	3.2	(1.072.632)	(200.220)
Adições do ativo intangível	3.3	(440.446)	(83.475)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(1.513.078)	(283.695)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captações de financiamentos de curto e longo prazo		5.905.900	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos		5.905.900	-
Diminuição líquida de caixa e equivalentes de caixa		(540.043)	(1.203.406)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.345.792	4.549.198
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		2.805.749	3.345.792
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(540.043)	(1.203.406)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS - FIPECAFI

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	2022	2021
Receitas		
Receitas de serviços	31.092.080	30.637.121
Ganho na variação de propriedades para investimentos	3.730.000	4.060.000
Perdas de crédito esperadas - reversão/(constituição)	585.971	(759.527)
Receitas/despesas diversas	209.861	248.707
	<u>35.617.912</u>	<u>34.186.301</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Despesas dos serviços prestados	(12.650.967)	(10.940.698)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(8.449.233)	(5.269.269)
	<u>(21.100.200)</u>	<u>(16.209.967)</u>
Valor adicionado bruto	<u>14.517.712</u>	<u>17.976.334</u>
Depreciação e amortização	(612.995)	(501.728)
Valor adicionado líquido gerado pela Fundação	<u>13.904.717</u>	<u>17.474.606</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	111.884	202.369
Receitas de aluguéis	1.660.386	973.462
	<u>1.772.270</u>	<u>1.175.831</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u><u>15.676.987</u></u>	<u><u>18.650.437</u></u>
Empregados		
Remuneração direta	10.617.454	9.436.843
Benefícios	2.136.836	1.662.454
FGTS	914.777	931.851
	<u>13.669.067</u>	<u>12.031.148</u>
Tributos		
INSS empresa	2.596.040	2.226.224
PIS sobre folha	99.831	84.135
Outras taxas e contribuições	48.096	76.107
Impostos, taxas e contribuições	<u>2.743.967</u>	<u>2.386.466</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	335.083	226
Remuneração de capitais próprios		
Déficit/Superávit do exercício	(1.071.130)	4.232.597
Distribuição do valor adicionado	<u><u>15.676.987</u></u>	<u><u>18.650.437</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

1. Apresentação

1.1. Contexto operacional

A Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras ("FIEPECAFI" ou "Fundação") é uma instituição sem fins lucrativos, constituída em 1º de agosto de 1974 por professores da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e tem, como uma de suas missões, fornecer apoio institucional ao Departamento de Contabilidade e Atuária (EAC) da FEA/USP, desempenhando suas atividades com os seguintes objetivos:

- a) Colaborar, através dos meios adequados, com instituições públicas e privadas, em programas de Ciências Contábeis, Atuariais e Financeiras visando o desenvolvimento econômico-social;
- b) Manter a Instituição de Ensino Superior "Faculdade Fiepecafi", oferecendo cursos e demais programas de educação superior;
- c) Promover cursos, simpósios, seminários, conferências e estudos nas áreas de Contabilidade, Finanças, Atuária, Controladoria, Governança Corporativa, Controle e Gestão de Negócios, Controle e Gestão de Riscos, Auditoria, Tecnologia da Informação, Controle e Gestão de Cadeia de Suprimentos, Logística Empresarial, Previdência, Parcerias Público-Privadas, dentre outras, e que contribuam para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, bem como para a melhoria dos técnicos que trabalham nos diversos setores da comunidade;
- d) Pesquisar e desenvolver projetos e aplicações, com foco em inovação, na interseção entre tecnologia e as áreas mencionadas;
- e) Colaborar na organização e implementação dos cursos de pós-graduação em Contabilidade, Finanças e Atuária para entidades de ensino que requisitem os seus serviços;
- f) Promover a divulgação de conhecimentos das áreas mencionadas por meio de publicações técnicas, tais como livros, revistas, periódicos, monografias e outras formas que se fizerem adequadas;
- g) Implementar sistemas de bolsas no sentido de apoiar a formação de estudantes e professores de alto valor, colaborando assim na preparação de recursos humanos de alto nível para as áreas de Contabilidade, Finanças, Atuária e correlatas; e
- h) Realizar pesquisas e prestar serviços de forma a atender às necessidades dos setores público e privado, tudo dentro de cânones acadêmicos que permitam, simultaneamente, o atendimento do objetivo citado e o treinamento de pessoal especializado.

Os resultados das atividades desenvolvidas pela FIPECAFI são estendidos à comunidade por meio da publicação de livros e artigos, oferecimento de cursos de graduação, pós-graduação (*lato sensu*) e mestrado profissional (*stricto sensu*), todos com reconhecimento pelo MEC, além de cursos de extensão de curta e de média duração, apresentação de palestras, seminários, simpósios e conferências.

Adicionalmente, a FIPECAFI desenvolve projetos de pesquisa contratados por entidades públicas, empresas privadas e organizações do terceiro setor, visando a emissão de pareceres técnicos, estudos e outras abordagens relacionadas à aplicação prática dos conhecimentos de ponta produzidos e desenvolvidos com a realização de pesquisas científicas.

1.2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 20 de abril de 2023.

As demonstrações contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins de lucro, com base nas disposições contidas nas *Interpretações Técnicas Gerais - ITG 2002 (R1) - Entidades sem finalidades de lucros*, aprovada pela *Resolução CFC nº 2015/ITG2002(R1)*, de 2 de setembro de 2015, quando aplicável, e em observância aos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da FIPECAFI na sua gestão.

Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações contábeis, são utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações, entre as quais se encontram:

- (i) A determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações;
- (ii) Avaliações de ativos financeiros pelo valor justo;
- (iii) Análise de risco na determinação das perdas esperadas com créditos de difícil liquidação; e
- (iv) Análise dos riscos na determinação das provisões necessárias para passivos contingentes.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua, sendo os efeitos dessas revisões reconhecidos no período em que ocorrem.

As notas explicativas para as contas com mensurações determinadas por estimativas, que se utilizam de premissas e julgamentos sobre políticas contábeis adotadas, são as seguintes:

- Nota Explicativa nº 3.1 - Propriedades para investimentos;
- Nota Explicativa nº 3.2 - Imobilizado
- Nota Explicativa nº 4.2 - Contas a receber; e
- Nota Explicativa nº 5.3 - Provisões para demandas judiciais.

Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram preparadas com a adoção dos critérios de mensuração definidos nos diversos pronunciamentos aplicáveis emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábil e são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da FIPECAFI, com os valores arredondados para a unidade mais próxima.

Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da FIPECAFI exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para alguns não financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

2. Desempenho

2.1. Receita líquida de serviços

As receitas são reconhecidas nos períodos em que os serviços são prestados, adotando-se o método da percentagem completada para sua mensuração, de acordo com os seguintes critérios:

- (i) As receitas educacionais são mensuradas em função da quantidade de aulas efetivamente ministradas em cada período;

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

- (ii) As receitas relacionadas com os projetos de pesquisas contratados, são mensuradas proporcionalmente ao percentual equivalente à tarefa concluída, em conformidade com o contrato e respectiva aprovação do cliente; e
- (iii) As receitas relacionadas com outras atividades (congressos e direitos autorais), são mensuradas conforme a realização dos eventos e venda de livros.

As composições dessa receita, nos anos de 2022 e 2021, são apresentadas a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Educacionais (i)	22.118.365	22.924.810
Projetos e pesquisas (ii)	8.599.629	7.413.124
Outras atividades (iii)	374.086	299.187
	<u>31.092.080</u>	<u>30.637.121</u>

Política de bolsas sociais

Em atendimento à *Interpretação Técnica Geral - ITG 2002 (R1)*, a FIIPECAFI mantém política de concessão de bolsas sociais para alunos e subsídios a seus colaboradores, para realização de cursos na Faculdade Fipecafi. O percentual de subsídio aos colaboradores é de 100% enquanto há diversos percentuais para as bolsas sociais, podendo atingir até 100%.

O valor da gratuidade concedida a alunos bolsistas e colaboradores no ano de 2022 foi de R\$ 174.491 (R\$ 243.754 em 2021), que equivalem a 12 bolsas (15 em 2021).

2.2. Custos dos serviços prestados

São reconhecidos nos períodos em que ocorrem as prestações dos serviços para a instituição e a tabela a seguir mostra os valores segregados pelas atividades:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Educacionais	18.214.247	17.158.781
Projetos e pesquisas	7.103.467	6.094.683
Outras atividades	375.465	249.456
	<u>25.693.179</u>	<u>23.502.920</u>

2.3. Despesas administrativas

Referem-se aos gastos com pessoal, materiais de escritório, corporativas e serviços terceirizados, dentre outros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

	2022	2021
Despesas com pessoal	5.101.999	3.889.481
Despesas com serviços terceirizados	2.427.443	1.877.083
Despesas estruturais e corporativas	2.093.972	2.012.797
Despesas com honorários de êxito	1.610.670	-
Despesas com depreciação e amortização	612.995	501.728
	<u>11.847.079</u>	<u>8.281.089</u>

2.4. Receitas de aluguéis

As receitas de aluguéis são reconhecidas no resultado pelo método linear no prazo do arrendamento ou locação, independente do prazo de recebimento dos valores formalizados em cada contrato, e são provenientes de:

- a) Contratos de arrendamentos das propriedades para investimentos; e
- b) Locação das salas de aulas disponíveis quando há ociosidade.

As composições dessas receitas, nos anos de 2022 e 2021, são apresentadas a seguir:

	2022	2021
Aluguel de imóveis próprios	949.839	730.699
Aluguel de salas de aulas	710.547	242.763
	<u>1.660.386</u>	<u>973.462</u>

Os valores nominais contratados de aluguéis para os próximos 4 anos, levando em conta os contratos já assinados por prazo determinado ou indeterminado, são:

- 2023 - R\$ 936.954;
- 2024 - R\$ 933.036;
- 2025 - R\$ 816.036 e
- 2026 - R\$ 702.036

2.5. Resultado financeiro líquido

As receitas financeiras correspondem aos rendimentos sobre aplicações financeiras e são mensuradas pelo método do custo amortizado e apropriadas *pro rata temporis*. A composição do resultado financeiro líquido está assim distribuída:

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	111.884	202.369
Despesas financeiras		
Encargos sobre financiamento	(187.645)	(226)
Atualização monetária passiva	(147.438)	-
	<u>(335.083)</u>	<u>(226)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(223.199)</u>	<u>202.143</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em Reais)

3. Propriedades para investimentos, imobilizado, intangível e outros investimentos

A Fundação tem em seu patrimônio imóveis mantidos para renda e quotas em outras entidades parceiras.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Investimentos	40.856	40.856
Propriedade para investimentos	<u>28.060.000</u>	<u>15.680.000</u>
Total	<u><u>28.100.856</u></u>	<u><u>15.720.856</u></u>

3.1. Propriedades para investimentos

Foram mensuradas pelo custo de aquisição no reconhecimento inicial e, nos períodos subsequentes, mensurados ao valor justo, conforme opção permitida pelo pronunciamento técnico aplicável. A administração entende que essa mensuração apresenta uma visão mais adequada da evolução do valor patrimonial desses ativos. As variações (ganhos ou perdas) resultantes de mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado de cada período.

As movimentações ocorridas nos períodos de 2021 e 2022 foram:

	<u>Valor</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2021	11.620.000
Mudança no valor justo dos imóveis	4.060.000
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>15.680.000</u>
Transferências efetuadas em 01 de julho de 2022	
2º andar Prédio Maestro Cardim	354.868
3º andar Prédio Maestro Cardim	354.868
4º andar Prédio Maestro Cardim	354.868
9º andar Prédio Maestro Cardim	<u>354.867</u>
	1.419.471
Saldo em 31 de julho de 2022	<u>17.099.471</u>
Mudança no valor justo dos andares reclassificados	7.230.529
Saldo em 31 de julho de 2022	24.330.000
Mudança no valor justo dos imóveis	3.730.000
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u><u>28.060.000</u></u>

O valor justo dos imóveis, que monta R\$ 19.410.000 (R\$ 15.680.000 no exercício de 2021) está suportado por laudo de avaliação elaborado em janeiro de 2023 por empresa independente e especializada em avaliações de imóveis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

No ano de 2022, quatro andares do prédio da Rua Maestro Cardim foram reclassificados do Ativo Imobilizado para Propriedade para investimentos, pois foram destinados, por decisão da diretoria, para locação a terceiros. A mensuração inicial, em 1º de julho de 2022, foi feita pelo custo atribuído de cada andar, correspondendo ao custo original deduzido das respectivas depreciações acumuladas. Foi feita a mensuração pelo valor justo, com base no laudo de avaliação, que correspondia a R\$ 7.230.529. Estes valores são demonstrados no quadro a seguir:

	Custo atribuído	Depreciação	Custo atribuído líquido	Valor de mercado em 31.12.22	Ajuste de avaliação Patrimonial
2º andar	466.999	112.131	354.868	2.110.000	1.755.132
3º andar	466.999	112.131	354.868	2.110.000	1.755.132
4º andar	466.999	112.131	354.868	2.110.000	1.755.132
9º andar	466.999	112.132	354.867	2.320.000	1.965.133
	<u>1.867.996</u>	<u>448.525</u>	<u>1.419.471</u>	<u>8.650.000</u>	<u>7.230.529</u>

O critério utilizado para a obtenção do valor justo dos imóveis, tanto em 2022 como em 2021, foi o método evolutivo com base no valor por m² (metro quadrado). Para os imóveis da Rua Alvarenga, o valor do terreno foi obtido com a utilização do método comparativo de dados do mercado e das benfeitorias pelo método da quantificação do custo de benfeitorias. Quanto às salas localizadas na Av. José Cesar de Oliveira, 265 foi utilizado o método comparativo de dados de mercado.

3.2. Imobilizado

a. Reconhecimento e mensuração

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas.

b. Custos subsequentes

O custo de um componente do imobilizado, em caso de benfeitorias e reposições, é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a FIPECAFI e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

c. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado aplicando-se o método linear com base nas taxas apresentadas para cada componente do imobilizado, pois esse é o método que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

O método de depreciação, as taxas adotadas e os valores residuais de terrenos e imóveis, que são os bens mais relevantes, são revistos a cada encerramento de exercício contábil e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

<u>Imobilizado</u>	<u>Custo 2022</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Custo Líquido 2022</u>	<u>Custo Líquido 2021</u>
Terrenos	6.010.001	-	6.010.001	6.010.001
Imóveis	13.159.202	(3.064.733)	10.094.469	11.178.537
Computadores e periféricos	3.388.273	(3.069.946)	318.326	179.694
Móveis e utensílios	1.588.956	(1.355.717)	233.239	133.009
Máquinas e equipamentos	1.606.423	(1.387.247)	219.176	118.532
Biblioteca	197.498	(184.654)	12.844	26.225
Reformas em andamento	-	-	-	26.375
total	<u>25.950.353</u>	<u>(9.062.297)</u>	<u>16.888.056</u>	<u>17.672.373</u>

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

Movimentação do imobilizado

	Taxa(% ao ano)	Custo em 2021	Adições	Baixa	Transferência	Custo em 2022
Terrenos		6.010.001	-	-	-	6.010.001
Imóveis	2,5%	14.433.753	593.445	-	(1.867.996)	13.159.202
Computadores e periféricos	20%	3.167.966	223.989	(3.682)	-	3.388.273
Móveis e utensílios	10%	1.446.711	142.245	-	-	1.588.956
Máquinas e equipamentos	10%	1.467.095	139.328	-	-	1.606.423
Biblioteca	10%	197.498	-	-	-	197.498
Reformas em andamento		26.375	-	-	(26.375)	-
		<u>26.749.399</u>	<u>1.099.007</u>	<u>(3.682)</u>	<u>(1.894.371)</u>	<u>25.950.353</u>
Depreciação acumulada		Saldo em 2021	Adições	Baixa	Transferência	Saldo em 2022
Imóveis		(3.255.216)	(258.042)	-	448.525	(3.064.733)
Computadores e periféricos		(2.988.272)	(85.356)	3.682	-	(3.069.946)
Móveis e utensílios		(1.313.702)	(42.015)	-	-	(1.355.717)
Máquinas e equipamentos		(1.348.563)	(38.684)	-	-	(1.387.247)
Biblioteca		(171.273)	(13.381)	-	-	(184.654)
		<u>(9.077.026)</u>	<u>(437.478)</u>	<u>3.682</u>	<u>448.525</u>	<u>(9.062.297)</u>
Saldo líquido		<u>17.672.373</u>	<u>661.529</u>	<u>-</u>	<u>(1.445.846)</u>	<u>16.888.056</u>
	Taxa (% ao ano)	Custo em 2020	Adições	Baixa	Transferência	Custo em 2021
Terrenos		6.010.001	-	-	-	6.010.001
Imóveis	2,5%	14.433.753	-	-	-	14.433.753
Computadores e periféricos	20%	3.028.047	139.919	-	-	3.167.966
Móveis e utensílios	10%	1.445.180	1.531	-	-	1.446.711
Máquinas e equipamentos	10%	1.434.700	32.395	-	-	1.467.095
Biblioteca	10%	197.498	-	-	-	197.498
Reformas em andamento		-	26.375	-	-	26.375
		<u>26.549.179</u>	<u>200.220</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>26.749.399</u>
Depreciação acumulada		Saldo em 2020	Adições	Baixa	Transferência	Saldo em 2021
Imóveis		(2.977.148)	(278.068)	-	-	(3.255.216)
Computadores e periféricos		(2.950.352)	(37.920)	-	-	(2.988.272)
Móveis e utensílios		(1.273.351)	(40.351)	-	-	(1.313.702)
Máquinas e equipamentos		(1.313.772)	(34.791)	-	-	(1.348.563)
Biblioteca		(151.523)	(19.750)	-	-	(171.273)
		<u>(8.666.146)</u>	<u>(410.880)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9.077.026)</u>
Saldo líquido		<u>17.883.033</u>	<u>(210.660)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>17.672.373</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em Reais)

d. Redução ao valor recuperável

Os ativos do imobilizado têm o seu valor recuperável testado anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não há evidências de não recuperabilidade desses ativos, não havendo a necessidade do reconhecimento de *impairment*.

3.3. Intangível

Compreende direitos de uso de softwares e material desenvolvido que são mensurados pelo custo total de aquisição deduzido das despesas de amortização, as quais são mensuradas com base na vida útil estimada e que variam de 1 a 5 anos.

Intangível	Custo 2022	Depreciação acumulada	Custo Líquido 2022	Custo Líquido 2021
Marcas e patentes	4.914	(1.633)	3.281	3.281
Softwares	2.024.392	(1.916.107)	108.285	30.288
Material desenvolvido	41.600	(5.778)	35.822	-
Intangível em desenvolvimento	151.110	-	151.110	-
total	2.222.016	(1.923.518)	298.498	33.569

	Taxa média (% ao ano)	2021	2022
		Custo	Adições
Marcas e patentes		4.914	-
Softwares	100%	1.776.656	247.736
Material desenvolvido	33%	-	41.600
Intangível em desenvolvimento		-	151.110
		1.781.570	440.446

Amortização acumulada	2021	Adições	2022
Marcas e patentes	(1.633)	-	(1.633)
Softwares	(1.746.368)	(169.739)	(1.916.107)
Material desenvolvido	-	(5.778)	(5.778)
	(1.748.001)	(175.517)	(1.923.518)
Saldo líquido	33.569	264.929	298.498

	Taxa média (% ao ano)	2020	2021
		Custo	Adições
Marcas e patentes		4.914	-
Softwares	100%	1.693.181	83.475
		1.698.095	83.475

Amortização acumulada	2020	Adições	2021
Marcas e patentes	(1.633)	-	(1.633)
Softwares	(1.655.520)	(90.848)	(1.746.368)
	(1.657.153)	(90.848)	(1.748.001)
Saldo líquido	40.942	(7.373)	33.569

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em Reais)

4. Capital de Giro

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

A Fundação mantém seus recursos disponíveis em caixa, conta corrente bancária e aplicações de curto prazo com liquidez diária, em renda fixa. Parte preponderante das aplicações foram realizadas em Certificado de Depósito Bancário (CDB) com rendimento de 100% da taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em instituições financeiras de primeira linha, todos sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. O rendimento acompanha a taxa CDI com rentabilidade média de 0,72% a.m. apurada em 2022 (0,35% a.m. em 2021). O saldo diário final em conta corrente é transferido para aplicações de curto prazo com lastro em CDB.

Os saldos de caixa e depósitos bancários são demonstrados pelo valor justo, enquanto as aplicações financeiras estão avaliadas pelo método do custo amortizado na data do balanço, estando assim apresentados:

	2022	2021
Caixa	5.230	6.600
Contas correntes	11.201	6.970
Aplicações Financeiras	2.789.318	3.332.222
Banco do Brasil S.A.	184	11.272
Banco Santander (Brasil) S.A.	27.742	1.554.070
Banco Bradesco S.A.	2.761.392	1.766.880
	<u>2.805.749</u>	<u>3.345.792</u>

4.2. Contas a receber

As contas a receber são registradas pelo valor justo e deduzidas das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, as quais são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas com valores a receber de clientes. A composição do valor evidenciado é a seguinte:

	2022	2021
Educacionais	4.347.843	4.211.053
Pesquisas e projetos	569.297	910.179
Direitos autorias e outros créditos	8.485	23.480
	<u>4.925.625</u>	<u>5.144.712</u>
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(1.469.495)	(2.333.871)
	<u>3.456.130</u>	<u>2.810.841</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em Reais)

A distribuição dos valores nominais a receber de clientes em função dos vencimentos (*"Aging list"*), é a seguinte:

	2022	2021
A vencer	1.792.398	1.410.467
Vencidos de 0 a 30 dias	891.126	1.120.521
Vencidos de 31 a 60 dias	289.249	304.464
Vencidos de 61 a 90 dias	193.229	192.191
Vencidos de 91 a 120 dias	174.152	153.462
Vencidos de 121 a 150 dias	127.795	186.005
Vencidos há mais de 150 dias	1.457.676	1.777.602
	<u>4.925.625</u>	<u>5.144.712</u>

A movimentação do saldo de perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa foi a seguinte:

	2022	2021
Movimentação		
Saldo no início do exercício	2.333.872	2.575.734
Adições	1.747.901	3.335.261
Baixas	(278.406)	(1.001.389)
Reversões	(2.333.872)	(2.575.734)
Movimento do período	(864.377)	(241.862)
Saldo no final do exercício	<u>1.469.495</u>	<u>2.333.872</u>

Critério para mensuração das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

A FIPECAFI constitui perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa pelo valor correspondente a 100% (cem por cento) das mensalidades e títulos que estejam vencidos conforme critérios abaixo, levando em conta o respectivo comportamento histórico de cada título e considerando ainda sua recuperabilidade:

Mestrado e Graduação (Presencial e EaD)	Acima de 180 dias
MBA e Especialização (Presencial e EaD)	Acima de 90 dias
EDUX (Presencial e EaD)	Acima de 60 dias
Projetos de pesquisas contratados	Avaliação por projeto

A FIPECAFI vem adotando abordagem simplificada para a mensuração das perdas esperadas, analisando as taxas de inadimplência observadas historicamente ao longo dos anos de 2019 a 2022, em relação ao valor total em carteira dos referidos anos. Foi realizada a aglutinação das contas a receber por características comuns, considerando as seguintes condições:

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

- i. o tipo de serviço com maior índice de inadimplência;
- ii. qual período apresenta maior inadimplência, e
- iii. o número de dias que a carteira da conta a receber está vencida.

Os percentuais obtidos da análise foram aplicados sobre os saldos dos títulos vencidos que não entram no critério apresentado acima para a determinação do valor evidenciado como perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa.

4.3. Empréstimos a pagar

Os financiamentos são reconhecidos, no recebimento dos recursos, pelo valor justo líquido dos custos de transação. Nas mensurações subsequentes os empréstimos e financiamentos são mensurados pelo método do custo amortizado (acréscimo dos encargos proporcionais ao período incorrido deduzidos de eventuais pagamentos efetuados no período).

O contrato com o Bradesco foi contratado à taxa de juros do CDI acrescida de margem fixa. Para transformar o contrato em uma taxa prefixada foi associada uma operação de SWAP e, no decorrer do prazo do contrato, as mudanças no valor justo dos derivativos serão registradas como ganho ou perda resultante da nova mensuração dos instrumentos derivativos.

Nos contratos de empréstimos não contém cláusulas restritivas (covenants) que obrigam a Fundação a manter títulos aplicados como garantia.

No contrato de empréstimo com o Banco Bradesco, a Fundação forneceu como garantia a cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos dos recebimentos via cartões de créditos das bandeiras Mastercard e Visa (10% dos créditos depositados regularmente na agência 3391/0), os recebíveis dos aluguéis e alienação fiduciária do imóvel na Rua Alvarenga 2147. No contrato de empréstimo com o Banco Santander, a Fundação forneceu como garantia os direitos creditórios de uso dos recursos existentes na conta vinculada 290050470 (valor total de 450.000).

Os saldos e outras informações referentes aos empréstimos e financiamentos, no curto e no longo prazos, são apresentados na tabela seguinte:

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

Banco	Saldo inicial	Captações		Saldo Final	Nº Contrato	Vencimento final
	2021	Principal	Juros a transcorrer	2022		
Santander	-	548.907	(117.518)	431.389	330.658.300.	01/12/2024
Bradesco	-	2.359.262	(801.693)	1.557.569	000.020.000	
Conta Garantida	-	2.696	-	2.696	237/3391 /5000	23/12/2024
Total circulante	-	2.910.865	(919.211)	1.991.654		
Santander	-	542.055	(55.676)	486.379		
Bradesco	-	4.584.456	(1.121.230)	3.463.226		
Total não circulante	-	5.126.511	(1.176.906)	3.949.605		
Total		<u>8.037.376</u>	<u>(2.096.117)</u>	<u>5.941.259</u>		

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em Reais)

4.4. Fornecedores

Referem-se a valores devidos a terceiros relativos a materiais já fornecidos e serviços já prestados para os cursos e projetos de pesquisas contratados.

	2022	2021
Materiais	55.992	54.999
Serviços prestados por terceiros	746.420	647.791
	<u>802.412</u>	<u>702.790</u>

4.5. Obrigações trabalhistas

Os encargos sociais correspondem aos valores incidentes sobre a folha, tais como Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público sobre Folha - PIS.

	2022	2021
Salários	502.651	448.994
Encargos	385.660	316.771
Férias	960.209	810.605
Encargos sobre férias	326.378	275.604
Total	<u>2.174.898</u>	<u>1.851.974</u>

4.6. Tributos a recolher

Contempla os tributos federais (Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Pessoa Física IRPJ e IRPF, Contribuições Sociais Retidas na Fonte - CSRF e Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS) e municipais (Imposto sobre Serviço Prestado - ISS) retidos na fonte dos prestadores de serviços e colaboradores, os quais são recolhidos no mês subsequente.

	2022	2021
Tributos federais	323.596	211.725
Tributos municipais	3.442	4.975
Total	<u>327.038</u>	<u>216.700</u>

4.7. Serviços prestados a pagar

Referem-se aos serviços prestados por terceiros para os cursos e projetos de pesquisas.

	2022	2021
Projetos de pesquisas	2.196.433	570.510
Pesquisas e publicações	151.633	575.633
Educacionais	111.072	155.343
Outros	101.914	48.354
Circulante	<u>2.561.052</u>	<u>1.349.840</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

4.8. Adiantamentos de clientes

Correspondem aos valores recebidos antecipadamente de clientes para prestação futura de serviços, compostos da seguinte forma:

	2022	2021
Adiantamento de cursos (mensalidades)	416.853	672.843
Adiantamento para aluguel de salas	44.872	44.791
Outros adiantamentos	18.706	15.539
Total	480.431	733.173

5. Riscos e contingências

5.1. Depósitos judiciais

Correspondem aos valores em garantia das demandas judiciais descritas na Nota Explicativa 5.3, que estão contabilizados desde a data da notificação, com base no valor depositado em juízo naquela data. No caso da COFINS, a Fundação continua efetuando depósitos mensais em atendimento à decisão judicial.

	Saldo em 2021	Depósito	Atualização	Baixa	Saldo em 2022
INSS (I)	1.740.237	-	93.960	-	1.834.197
COFINS (I)	46.397.010	999.828	2.375.281	-	49.772.119
ISS - 2000	2.254.967	-	-	(2.254.967)	-
ISS - SMS	844.440	-	-	(844.440)	-
ISS - Obrigações acessórias (II)	140.128	-	8.372	-	148.500
Depósito recursal trabalhista (III)	41.754	-	1.885	-	43.639
	<u>51.418.536</u>	<u>999.828</u>	<u>2.479.498</u>	<u>(3.099.407)</u>	<u>51.798.455</u>

Os valores depositados são atualizados pelos seguintes indexadores:

- I. COFINS e INSS: taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia);
- II. ISS - Obrigações Acessórias: índice do TJ/SP (Tribunal de Justiça de São Paulo) para débitos judiciais; e
- III. Depósito recursal trabalhista: índices do JAM (Juros e Atualização Monetária).

5.2. Contas a pagar

	2022	2021
Carta de Fiança Bancária (i)	-	130.053
Acordos judiciais (ii)	638.820	600.000
Circulante	638.820	730.053
Acordos judiciais (ii)	1.171.171	1.700.000
Não Circulante	1.171.171	1.700.000
Total	1.809.991	2.430.053

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

- (i) Correspondia à comissão devida pela contratação de garantia pecuniária (Carta de Fiança Bancária), classificada no passivo circulante, referente aos débitos inscritos junto à Prefeitura Municipal de São Paulo, conforme detalhado na Nota Explicativa 5.3.5.1. Em março de 2022, o processo foi encerrado e realizada a baixa da carta de fiança;
- (ii) Refere-se ao acordo celebrado em juízo para liquidação de ação trabalhista. O acordo homologado definiu o pagamento de 48 parcelas de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) com correção semestral como base na variação do IPCA (IBGE). Em 31.12.2022 a parcela mensal corrigida totalizava R\$ 53.235.

5.3. Provisões para demandas judiciais

A FIIPECAFI constitui provisões em montante considerado suficiente para evidenciar as perdas potenciais com as ações judiciais em curso e que possam vir a representar uma saída de caixa ou redução de outro ativo. Existem processos de naturezas fiscais e trabalhistas em andamento e, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, as provisões foram registradas pelas melhores estimativas para os riscos envolvidos.

A tabela a seguir, apresenta as informações sobre a movimentação dos valores correspondentes às ações e os valores dos depósitos judiciais para cada uma delas.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

As diversas ações judiciais constantes na tabela são analisadas individualmente nos itens 5.3.1 a 5.3.4.

Resumo das ações judiciais em discussão e movimentações no período

Nota Explicativa	Ano de início	Origem da ação	Tipo de Ação	Período questionado	Provisão em 31/12/2021	Adição ou atualização em 2022	(Baixa) em 2022	Provisão em 31/12/2022	Saldo do depósito judicial ou recursal atualizado
5.3.1	1995	INSS	Ação Anulatória de Débito Fiscal	01/1985 a 12/1994	1.740.237	93.960	-	1.834.197	1.834.197
5.3.2	1999	COFINS	Não reconhecimento da imunidade	01/1994 a 12/1998 e 01/1999 em diante	28.376.177	2.375.281	-	30.751.458	49.772.119
5.3.3.1	2001	ISS - 2000	Mandado de Segurança	Ano de 2000	2.254.967	-	(2.254.967)	-	-
5.3.3.2	2006	ISS - SMS	Retenção ISS no projeto	2000 a 2002	844.440	-	(844.440)	-	-
5.3.3.3	2006	ISS - Obrigações Acessórias	Execução Fiscal	2000 a 2002	140.128	8.372	-	148.500	148.500
5.3.4	2017	Ações trabalhistas	Reclamação Trabalhista	-	800.000	-	-	800.000	43.639
Totais					<u>34.155.949</u>	<u>2.477.613</u>	<u>(3.099.407)</u>	<u>33.534.155</u>	<u>51.798.455</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

5.3.1. INSS

Histórico

- (i) Em agosto de 1995, o INSS interpretou que todos os pagamentos efetuados às pessoas físicas prestadoras de serviços nos últimos dez anos (01/1985 a 12/1994) não poderiam ter sido caracterizados como pagamento a autônomos. Foi emitida a notificação de recolhimento complementar, a FIIPECAFI fez a contestação, efetuou depósito judicial do valor questionado e contabilizou a respectiva provisão;
- (ii) Em setembro de 2009, a 12ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de São Paulo extinguiu os débitos relativos aos cinco anos iniciais da ação (01/1984 a 12/1989), permanecendo os débitos referentes aos cinco anos subsequentes (01/1990 a 12/1994);
- (iii) Em julho de 2017 foram rejeitados os Embargos de Declaração da FIIPECAFI e, em janeiro de 2018, os autos foram recebidos eletronicamente no Superior Tribunal de Justiça (STJ); e
- (iv) Em abril de 2022 foi certificado o trânsito em julgado, sendo os autos remetidos a corte de origem.

Situação jurídica atual

Atualmente a FIIPECAFI aguarda a apuração do valor para solicitar o levantamento do depósito judicial, sendo que, parte do valor depositado será convertido em renda da União Federal, e a outra parte em benefício da FIIPECAFI.

Avaliação do risco

Não aplicável tendo em vista o encerramento do processo.

Decisão contábil

A provisão contábil integral vem sendo mantida por não dispor um de valor confiável, muito embora a parte relativa aos 5 (cinco) anos iniciais abrangidos pela ação já tenham sido declarados prescritos e devem ser revertidos a favor da FIIPECAFI na conclusão do processo e consequente homologação por parte do juízo. Foi realizado o levantamento do valor provável referente aos 5 (cinco) primeiros anos o que resultou no montante de R\$ 184.729,61.

Honorários de êxito

Do resultado mencionado no parágrafo anterior, parte referente a 10% será destinada para pagamento dos honorários de êxito.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

5.3.2. COFINS

Histórico

- (i) Em 1999, a FIEPECAFI foi autuada para pagar a COFINS incidente sobre as receitas referentes ao período de 01/1994 a 12/1998 (exceto sobre as receitas financeiras), por questionamento da autoridade fiscal sobre a imunidade da instituição;
- (ii) A FIEPECAFI ingressou com uma ação ordinária contra a cobrança, tendo obtido liminar autorizando o depósito judicial compreendendo os valores referentes aos anos de 1994 a 1998;
- (iii) A partir de 01/1999 a FIEPECAFI vem fazendo depósitos judiciais mensalmente, por orientação dos assessores jurídicos;
- (iv) Em 07/2018 a 3ª Turma do TRF reconheceu a imunidade da FIEPECAFI, mas, por orientação dos assessores jurídicos, ainda está mantido o procedimento de efetuar o depósito judicial mensal até que haja o desfecho final da ação. Portanto, o valor atual do depósito judicial compreende o período de 01/1994 até a presente data;
- (v) Em 05/2019 foi publicada a decisão da turma de origem reconhecendo a imunidade da FIEPECAFI;
- (vi) Em 10/2020 foi proferida a decisão referente aos recursos extraordinários e o STF determinou a devolução dos autos para a Corte de origem para que adote, conforme a situação, referido tema de repercussão geral; e

Situação jurídica atual

Aguardando decisão do relator da 3ª Turma do TRF para adequação do processo ao RE nº 566.622.

Avaliação do risco

Mesmo tendo obtido êxito em julho de 2018, a Administração entende que deve ser mantida a provisão constituída para o período de janeiro de 1994 a janeiro de 1999 até que ocorra a decisão final do processo. Esta posição se deve ao fato de que com a adequação do processo ao RE nº 566.622 a decisão anterior de julho de 2018 poderá ser mantida ou reformada. O parecer dos assessores jurídicos classifica o risco como remoto, mas a administração entende que o risco é provável.

Decisão contábil

A provisão referente ao período de janeiro de 1990 a dezembro de 1994 foi mantida em decorrência da avaliação de risco apresentada no item anterior, entendendo a Administração que, face às incertezas que surgiram com a devolução dos autos para a Corte de origem, permanece o risco de eventual revisão da decisão anterior.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

Honorários de êxito

Do resultado que for obtido, 10% será destinada para pagamento dos honorários de êxito.

A variação entre o depósito judicial e a provisão se deve aos depósitos mensais efetuados até a presente data.

5.3.3. ISS

5.3.3.1 ISS - 2000

Histórico

- (i) Em 2001, a FIPECAFI impetrou Mandado de Segurança contra decisão administrativa da Prefeitura do Município de São Paulo que reconheceu, apenas parcialmente (somente para a atividade de ensino), a imunidade tributária ao ISS referente ao exercício de 2000;
- (ii) Em 13/04/2018, a 2ª Turma do STF, por unanimidade, não conheceu dos embargos de declaração, determinou o trânsito em julgado e baixa imediata dos autos à origem;
- (iii) Como foi depositada parcela do ISS discutido na ação, a exigibilidade do crédito tributário está suspensa quanto à parcela depositada;
- (iv) Faz-se desnecessária a atualização dos valores envolvidos, pois o pagamento do imposto relativo a 2000 já está garantido; e
- (v) Em fevereiro de 2022 os autos foram conclusos.

Decisão contábil

A provisão foi baixada, pois o processo está em fase de encerramento.

5.3.3.2 ISS - SMS

Histórico

- (i) A FIPECAFI mantinha contrato de prestação de serviços em projetos de pesquisa contratados pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Paulo.
- (ii) A Secretaria Municipal de Saúde efetuou um desconto de cinco por cento (5%), a título de ISS, em cada pagamento efetuado para a FIPECAFI.
- (iii) Em 03/2005, a FIPECAFI apresentou pedido administrativo de restituição do valor descontado, fundamentado na sua imunidade tributária.
- (iv) Em 2016, os autos foram remetidos para a subdivisão de restituições e compensações da Secretaria de Finanças.
- (v) Em 11/2019 foi interposto Agravo Regimental pela Secretaria de Finanças.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

Decisão contábil

A Administração decidiu por reverter a provisão registrada no passivo não circulante pelo mesmo valor reconhecido no ativo não circulante dando baixa a essa discussão.

5.3.3.3 ISS - Obrigações Acessórias

Histórico

- (i) A FIPECAFI responde a uma execução fiscal (EF 105662/06), tendo por objeto a exigência de multa pelo suposto descumprimento de obrigações acessórias (escrituração fiscal do Livro 53) no período de 2000 a 2002;
- (ii) A execução encontra-se garantida por depósito judicial da quantia referente à multa;
- (iii) O Município interpôs agravo retido em nossas contrarrazões em 2012. Aguarda-se a remessa dos autos à conclusão desde 2013; e
- (iv) Em junho de 2021, foi proferida decisão de saneamento e organização do processo, em razão da Lei Municipal nº 17.557/2021. A execução fiscal deve ser incluída em expediente próprio e encaminhada à Procuradoria do Município para manifestar a sua decisão sobre o crédito cobrado se está ativo ou não na Dívida Ativa.

Situação atual

Aguardando decisão da Procuradoria do Município.

Avaliação do risco

Os assessores jurídicos da FIPECAFI classificam a chance de perda como possível.

Decisão contábil

Provisão contábil integral vem sendo mantida com base no entendimento da Administração de que o risco de perda ainda persiste, apesar do parecer dos assessores jurídicos que a classificam como possível.

5.3.4. Ações trabalhistas

As ações em curso na esfera trabalhista foram avaliadas pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda provável. A Administração concorda com esse entendimento e manteve a provisão no montante equivalente a R\$ 800.000.

5.3.5. Processos judiciais com riscos possíveis e não provisionados

Em 31 de dezembro de 2022, além dos valores apresentados anteriormente, a Fundação é ré em processos de natureza tributária em que a probabilidade de perda avaliada pela assessoria jurídica e avaliação da Administração, é possível, cujo montante é de R\$ 15.491.864 (R\$ 14.472.139 em 2021), para as quais não houve provisionamento.

5.3.5.1 ISS - 2001-2002

Histórico

- (i) Em 2006, a FIEPECAFI foi autuada para pagamento do ISS referente ao período de 01/2001 a 01/2002;
- (ii) A FIEPECAFI ofereceu garantia por fiança bancária e fez a impugnação por meio de embargos à execução;
- (iii) A sentença reconheceu a imunidade tributária da FIEPECAFI e o município interpôs recurso em 08/2018. O processo foi distribuído para a 15ª Câmara de Direito Público do TJSP, que negou provimento à Apelação interposta pelo Município; e
- (iv) Em 24/03/2022 foi certificado pelo Cartório da 15ª Câmara de Direito Público do TJ/SP o trânsito em julgado do processo que foi remetido para arquivamento, bem como para levantamento e consequente baixa da Carta de Fiança Bancária que garantia essa execução.

Situação atual

O processo está encerrado. O cumprimento de sentença favorável à FIEPECAFI para recuperação das custas será feito em autos apartados.

Decisão contábil

Em função do desfecho dessa ação e por não mais existir risco de perda, a Administração não reconheceu a provisão.

Honorários de êxito

5% do benefício econômico auferido pela FIEPECAFI. O pagamento foi dividido em 16 parcelas, sendo que 4 no valor de R\$80.000,00 foram pagas em 2022, restando 12 parcelas de mesmo valor para pagamento em 2023.

5.3.5.2 ISS 2009 a 2013

Histórico

- (i) Em 2013, a FIPECAFI foi autuada para pagamento do ISS referente ao período de 2009 a 2013 e o reconhecimento de imunidade foi indeferido pela Secretaria de Finanças da Prefeitura do Município de São Paulo;
- (ii) Em 10/2018 a FIPECAFI apresentou impugnação e recurso administrativo do auto de infração lavrado quando o pedido foi indeferido. Em 31 de julho de 2019 o recurso administrativo foi julgado improcedente, dando ensejo à interposição de recurso ao Conselho Municipal de Tributos, em 24/10/2019;
- (iii) Na sessão de julgamento de 07/10/2020 o recurso foi retirado de pauta para análise;
- (iv) Em nova sessão de julgamento do dia 25/11/2020, o recurso foi novamente retirado de pauta e a Relatora converteu o julgamento em diligência para solicitar esclarecimentos ao SUREM (Secretaria da Receita Municipal);
- (v) Em julho de 2021, o processo na esfera administrativa foi julgado e retificados os autos de infração referentes aos anos de 2009 a 2012. Em consequência houve a retificação do crédito tributário;
- (vi) Em dezembro de 2021, foi proferida a decisão citando a FIPECAFI para pagamento da dívida ou penhora do bem; e
- (vii) Em 2022, a FIPECAFI foi intimada e solicitou petição para nomear bem em garantia. O bem aceito em garantia pela PMSP foi o imóvel sede da Fundação.

Situação atual

Aguarda-se a lavratura do termo de penhora e respectiva intimação para que possam ser apresentados embargos à execução fiscal.

Avaliação do risco

Os assessores jurídicos entendem que um possível desfecho favorável na outra ação que estava garantida pela Carta de Fiança Bancária possa dar mais chances de êxito nessa ação.

Decisão contábil

Em função da classificação apresentada pelos assessores jurídicos, a Administração não reconheceu a provisão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

Honorários do êxito

Para o crédito tributário executado em relação aos exercícios de 2009 a 2013, há honorários de êxito fixados em 3% do valor do benefício econômico.

5.4. Aspectos fiscais

À luz da Constituição Federal - CF e do Código Tributário Nacional - CTN, consideram-se imunes a impostos as instituições de caráter filantrópico, recreativo, educacional, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houver sido instituída e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

A FIPECAFI é uma entidade sem fins lucrativos, conforme descrito na Nota explicativa 1, e, desta forma, possui imunidade tributária. O desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da FIPECAFI, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as Fundações sem fins lucrativos, conforme determina a Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da imunidade da qual goza a Instituição.

5.5. Cobertura de seguros

A FIPECAFI mantém cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes, levando em conta a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguro contra riscos operacionais está composta da seguinte forma:

Coberturas	2022	2021
Incêndio, explosão e fumaça	20.500.000	20.500.000
Danos elétricos	250.000	250.000
Responsabilidade civil operações	1.000.000	1.000.000
Subtração de bens	200.000	200.000
Valores	50.000	-
Vidros	50.000	50.000
Impacto de veículos e queda de aeronaves	150.000	150.000
Total	<u>22.200.000</u>	<u>22.150.000</u>

A apólice do seguro do prédio da Rua Maestro Cardim, renovada anualmente, foi contratada junto à Siwss Re Corporate Solutions e a vigência do contrato compreende o período de 31 de agosto de 2022 a 31 de agosto de 2023.

Quanto aos seguros dos imóveis classificados em Propriedade para Investimentos, conforme contrato, estão sob a responsabilidade dos respectivos locatários, tendo a Administração tomado conhecimento das respectivas apólices.

6. Instrumentos Financeiros e Patrimônio Líquido

6.1. Instrumentos financeiros

Em 2021, a FIPECAFI não possuía instrumentos derivativos, entretanto a partir de dezembro de 2022 passou a contar com instrumentos derivativos.

Os seguintes ativos financeiros, detidos em 31 de dezembro de 2022, estão detalhados nas suas respectivas notas explicativas (NE):

- I. Caixa e equivalente de caixa (NE 4.1); e
- II. Contas a receber (NE 4.2).

6.2. Gerenciamento de riscos

A FIPECAFI está exposta a riscos analisados a seguir, sendo apresentadas as políticas e os processos adotados para sua mensuração e gerenciamento. Os seguintes riscos são advindos do uso de instrumentos financeiros:

- I. Risco de crédito;
- II. Risco de liquidez; e
- III. Risco de mercado.

6.2.1. Risco de crédito

Está relacionado com o potencial prejuízo financeiro que pode ocorrer se um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais nos recebíveis da FIPECAFI.

A Fundação avalia regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa e as propostas para sua mitigação, com o objetivo de reduzir os riscos de não cumprimento dos compromissos assumidos pela FIPECAFI. As aplicações financeiras são, geralmente, no curto prazo, em instituições financeiras tradicionais consideradas de baixo risco. No caso das contas a receber da área educacional, a eficácia, em relação aos atrasos, é acentuada na renovação da matrícula, momento em que os débitos são quitados ou renegociados.

A FIPECAFI contabiliza a redução ao valor recuperável com base na matriz de perdas adotando a abordagem simplificada. Essa redução caracteriza a estimativa de perdas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos.

A Fundação considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a FIPECAFI utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas e se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A Administração da FIPECAFI não identificou justificativas para a constituição de outras perdas esperadas sobre seus ativos, exceto essa constituída sobre contas a receber.

6.2.2. Risco de liquidez

Está relacionado com a possibilidade de a FIPECAFI encontrar dificuldades para cumprir as obrigações representadas pelos passivos que devem ser liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro. A abordagem da administração é garantir a manutenção de liquidez suficiente para cumprir as obrigações da instituição, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da entidade.

A FIPECAFI vem cumprindo pontualmente suas obrigações de curto prazo e a Administração afirma que continuará cumprindo as despesas operacionais de curto prazo. A Fundação dispõe de linhas de crédito aprovadas (conta garantida e capital de giro) suficientes para, caso seja necessário, cumprir essas obrigações. Ademais, o acompanhamento e o controle das entradas e saídas de caixa são feitos sistematicamente pela Administração no sentido de mitigar eventuais riscos e atender às necessidades de capital de giro.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

A seguir, são evidenciados os montantes de risco relativos aos passivos não derivativos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Passivos não derivativos	2022				
	Valor Contábil	6 meses ou menos	6-12meses	1-2anos	3-5 anos
Fornecedores	802.412	802.412	-	-	-
Salários e encargos	888.311	888.311	-	-	-
Férias a pagar	1.286.587	447.433	839.154	-	-
Tributos a recolher	327.038	327.038	-	-	-
Contas a pagar	1.809.991	319.410	319.410	1.171.171	-
Empréstimo a pagar	920.463	92.464	341.620	486.379	-
Serviços prestados a pagar	2.561.052	1.941.758	619.294	-	-
	8.595.854	4.818.826	2.119.478	1.657.550	-
Passivos derivativos					
Empréstimo a pagar	5.020.796	443.425	1.114.145	2.034.655	1.428.571
	5.020.796	443.425	1.114.145	2.034.655	1.428.571
	<u>13.616.650</u>	<u>5.262.251</u>	<u>3.233.623</u>	<u>3.692.205</u>	<u>1.428.571</u>

Passivos não derivativos	2021			
	Valor Contábil	6 meses ou menos	6-12meses	1-2anos
Fornecedores	702.790	702.790	-	-
Salários e encargos	765.765	765.765	-	-
Férias a pagar	1.086.209	447.433	638.776	-
Tributos a recolher	216.700	216.700	-	-
Contas a pagar	2.430.053	430.053	300.000	1.700.000
Serviços prestados a pagar	1.349.840	1.108.207	241.633	-
	6.551.357	3.670.948	1.180.409	1.700.000

6.2.3. Risco de mercado

Relaciona-se com eventuais alterações nos preços de mercado, como, por exemplo, as taxas de juros sobre empréstimos e financiamentos. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a esses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e otimizar o retorno.

Já o risco de taxa de juros decorrente das aplicações financeiras referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, podem afetar as receitas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da FIPECAFI era:

	2022	2021
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	2.789.318	2.805.749
Passivos financeiros		
Empréstimos a pagar	(5.941.259)	
Total	<u>(3.151.941)</u>	<u>2.805.749</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI:

A FIPECAFI mantém parcela substancial das suas disponibilidades e obrigações indexadas à variação do CDI.

A expectativa atual de mercado indicava uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 12,65 %, cenário provável para o ano de 2023, ante a taxa efetiva de 12,38% verificada no ano de 2022.

	Exposição base 31/12/2022	Risco	Cenário Provável	Cenário I Possível - 25%	Cenário II Remoto - 50%
Taxa anual estimada do CDI			12,25%	9,49%	6,33%
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2022	3.151.941	Baixa CDI	398.721	299.119	199.518
Impacto no resultado financeiro			<u>398.721</u>	<u>299.119</u>	<u>199.518</u>

Além do risco do mercado associado aos ativos financeiros, a FIPECAFI está exposta ao risco de variação no valor justo das propriedades para investimentos, conforme Nota Explicativa 3.1.

6.3. Patrimônio Líquido

Patrimônio Social

O Patrimônio Social da FIPECAFI foi, inicialmente, constituído por aporte efetuado pelos Membros Instituidores, conforme Escritura de Instituição datada de 1º de agosto de 1974. Nos demais exercícios, parte do superávit será destinado ao Patrimônio Social, conforme deliberação, em cada oportunidade, pelo Conselho Curador da Fundação.

Ajuste de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial foram decorrentes da aplicação do custo atribuído aos imóveis classificados como imobilizado, quando da adoção inicial dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. O valor atribuído naquela data aos imóveis que constavam no balanço foi de R\$ 3.187.272 e a vida útil reavaliada para 40 anos (2,5% a.a.), o que produz uma amortização anual de R\$ 79.682. Em 2022, com a transferência de quatro andares do prédio da Rua Maestro Cardim para Propriedade para Investimentos, conforme Nota Explicativa 3.1, produziu o valor atribuído de R\$ 7.230.528, totalizando R\$10.417.800, o que produz uma amortização anual de R\$260.445.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

7. Empregados e Colaboradores

7.1. Benefícios aos colaboradores

A política da FIPECAFI para a concessão de benefícios aos seus colaboradores contempla assistência médica, plano odontológico, vale alimentação, estacionamento, ajuda de custo para trabalho em *home-office*, vale-transporte, programa de educação com subsídio para cursos de línguas, graduação, pós-graduação, MBA e Mestrado em outras instituições de ensino. Além disso, os colaboradores podem realizar os cursos ministrados pela Faculdade FIPECAFI com subsídio de 100%, e seus dependentes (cônjuges e filhos), com subsídio de 60%.

Não há benefícios de longo prazo ou de pós-emprego aos colaboradores.

7.2. Partes relacionadas e voluntariado

7.2.1. Diretoria Executiva, Conselhos Curador e Fiscal

Os trabalhos voluntários estão regulados pela Lei 9.608/98 e não geram vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim, enquanto os cargos de diretoria executiva, conselhos curador e fiscal são exercidos por mandatos.

Por definição estatutária, a FIPECAFI não remunera, a qualquer título, Conselheiros Curadores, Conselheiros Fiscais e Diretores pelos serviços prestados em suas funções.

A Fipecafi, por definição, não contabiliza como receita e respectivamente como despesa os valores estimados a título de trabalho voluntário, ainda que em última análise significaria uma doação (receita) e, por outro lado, uma despesa que poderia existir e vir a ser desembolsada.

Entendemos que tais valores não foram e não serão convertidos em caixa, portanto não deveriam ser informados na demonstração do superávit do exercício, sem falar da subjetividade na determinação desses valores.

Em contrapartida, entendemos ser de suma importância a divulgação por meio desta nota os valores estimados caso viessem a ocorrer.

No exercício de 2022 os valores destes trabalhos foram mensurados pelo valor justo e somaram R\$ 692.148 (R\$ 612.322 em 2021).

7.3. Outros assuntos

Plano contingencial

O setor educacional privado vem passando por uma crise na captação de novos alunos, decorrente da pandemia da COVID-19 e da demora na retomada do crescimento da economia brasileira. Esta crise afetou a captação de novos alunos pela Faculdade FYPECAFI nos últimos 4 processos seletivos e, como consequência, a geração de caixa no período sofreu uma redução substancial.

Adicionalmente, houve também retração na demanda por projetos e pareceres, decorrentes dos mesmos problemas econômicos e do aumento da concorrência no oferecimento desse tipo de serviço, o que também vem afetando o caixa da nossa instituição.

Em função do exposto, a Administração, visando o equilíbrio financeiro e patrimonial, vem implementando um conjunto de medidas, dentre as quais destacamos:

- Melhorar o processo para captação de novos alunos e a criação de novos cursos e projetos a serem ofertados ao mercado;
- Melhorar a retenção dos alunos controlando a evasão nos cursos;
- Melhorar o processo de cobrança e acompanhamento das contas a receber, reduzindo o nível de inadimplência;
- Reduzir as despesas e os custos com pessoal e administrativos;
- Analisar o resultado de cada curso ou programa, avaliando semestralmente quais devem ser mantidos, reduzidos ou encerrados;
- Melhorar os processos administrativo-financeiros, de forma a agilizar as rotinas internas mitigando perdas e erros;
- Renegociar ou suspender contratos que não produzam impactos significativos em suas operações;
- Manter práticas de acompanhamento tempestivo do planejamento orçamentário.

O conjunto dessas ações faz parte do planejamento que busca o equilíbrio econômico-financeiro da Fundação, visando reduzir o volume de seu endividamento. Diversas das ações descritas anteriormente já começaram a ser implantadas no ano de 2022 e continuarão sendo executadas ao longo de 2023, visando atingir o equilíbrio econômico-financeiro e, com isso, possibilitando a continuidade de suas atividades, a qualificação contínua do seu quadro de colaboradores e a adequação das instalações físicas. A Administração da Fundação acredita que todas essas medidas trarão os resultados esperados e proporcionarão a equalização do fluxo financeiro de curto, médio e longo prazos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

8. Demonstrações complementares

8.1. Demonstração do valor adicionado

A FIECAFI elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA), nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis.

8.2. Moeda de capacidade aquisitiva constante

Os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e as demonstrações do valor adicionado em moeda de capacidade aquisitiva constante, apresentadas nesta nota explicativa, foram elaboradas de acordo com a metodologia de correção integral estabelecida pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, na Instrução nº 191/92, aplicadas sobre as demonstrações contábeis básicas que estão preparadas de acordo com as práticas contábeis vigentes. Os critérios adotados para a elaboração das demonstrações em moeda de capacidade aquisitiva foram os seguintes:

- i. Índice de atualização - A atualização monetária do imobilizado, patrimônio social, contas de resultado e apuração de ganhos e perdas dos itens monetários foi efetuada com base na variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA divulgado pelo IBGE, que foi de 5,78 % em 2022 e 10,06% em 2021;
- ii. Informações complementares de 2021 - Os saldos das contas das informações complementares de 2021, para fins de comparação, foram atualizados à moeda de capacidade aquisitiva constante de 31 de dezembro de 2022;
- iii. Contas patrimoniais - Os ativos e passivos monetários das informações complementares em 31 de dezembro de 2022 são idênticos aos das demonstrações apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). O ativo imobilizado e o patrimônio social foram corrigidos monetariamente com base na variação do IPCA-IBGE até 31 de dezembro de 2022, como vem sendo feito desde o ano de 2017, uma vez que até o ano de 2016 utilizou-se o índice IPC-FIPE; e
- iv. Contas de resultado - Todas as contas foram atualizadas com base na variação do IPCA-IBGE, a partir do mês de contabilização das transações. Foram ajustadas pelos ganhos e perdas gerados em consequência do efeito da inflação sobre os ativos e passivos monetários. Tais ganhos e perdas foram alocados às contas de resultados a que se vinculam.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS -
 FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em Reais)

a. Balanço patrimonial

Ativo	Em moeda de capacidade aquisitiva constante	
	2022	2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.805.749	3.539.349
Contas a receber	3.456.130	2.973.451
Adiantamentos diversos	481.440	460.605
Outros ativos	288.012	348.728
	<u>7.031.331</u>	<u>7.322.133</u>
Não circulante		
Investimentos e Propriedades para investimentos	28.136.105	16.663.209
Depósitos judiciais	51.798.455	54.393.151
Imobilizado	39.749.393	40.211.789
Intangível	307.812	44.721
	<u>119.991.765</u>	<u>111.312.870</u>
Total do ativo	<u>127.023.096</u>	<u>118.635.003</u>
Passivo	2022	2021
Circulante		
Fornecedores	802.412	743.447
Obrigações trabalhistas	2.174.898	1.959.112
Tributos a recolher	327.038	229.236
Contas a pagar	638.820	772.287
Empréstimos a pagar	1.991.654	-
Serviços prestados a pagar	2.561.052	1.427.938
Adiantamentos de clientes	480.431	775.588
	<u>8.976.305</u>	<u>5.907.608</u>
Não circulante		
Contas a pagar	1.171.171	1.798.347
Empréstimos a pagar	3.949.605	-
Provisão para demandas judiciais	33.534.155	36.131.906
	<u>38.654.931</u>	<u>37.930.253</u>
Patrimônio líquido		
Patrimônio social	77.872.659	64.120.596
Ajustes de avaliação patrimonial	9.895.919	2.583.325
Superávit/Déficit acumulado	(8.376.718)	8.093.221
	<u>79.391.860</u>	<u>74.797.142</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>127.023.096</u>	<u>118.635.003</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em Reais)

b. Demonstração do resultado

	Em moeda de capacidade aquisitiva constante	
	2022	2021
Receita operacional líquida	31.452.888	33.830.350
Custos dos serviços prestados	(27.067.376)	(27.786.853)
	<u>4.385.512</u>	<u>6.043.497</u>
Receitas/(Despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(11.935.533)	(9.105.242)
Receitas de aluguéis	1.688.291	1.082.062
Ganho na variação de propriedades para investimento	2.796.205	3.058.147
Outras receitas/(despesas) operacionais	216.236	277.351
	<u>(7.234.801)</u>	<u>(4.687.682)</u>
Déficit/Superávit antes das operações não recorrentes	<u>(2.849.289)</u>	<u>1.355.815</u>
Despesa com provisões para riscos tributários/fiscais/trabalhistas	-	(111.294)
	-	<u>(111.294)</u>
Déficit/Superávit antes do resultado financeiro	<u>(2.849.289)</u>	<u>1.244.521</u>
Receitas financeiras	115.759	222.574
Despesas financeiras	(320.574)	(4.349)
Resultado financeiro líquido	<u>(204.815)</u>	<u>218.225</u>
Déficit/Superávit do exercício	<u>(3.054.104)</u>	<u>1.462.746</u>

c. Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Em moeda de capacidade aquisitiva constante			
	Patrimônio social	Ajuste de Avaliação patrimonial	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	64.120.596	2.728.333	6.485.467	73.334.396
Superávit do exercício	-	-	1.462.746	1.462.746
Ajuste de variação patrimonial	-	(145.008)	145.008	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>64.120.596</u>	<u>2.583.325</u>	<u>8.093.221</u>	<u>74.797.142</u>
Ajuste de avaliação patrimonial - imobilizado para propriedade para investimento		7.648.822		7.648.822
Transferência do superávit	13.752.063		(13.752.063)	-
Déficit do exercício	-	-	(3.054.104)	(3.054.104)
Ajuste de variação patrimonial	-	(336.228)	336.228	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>77.872.659</u>	<u>9.895.919</u>	<u>(8.376.718)</u>	<u>79.391.860</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em Reais)

d. Demonstração dos fluxos de caixa

	Em moeda de capacidade aquisitiva constante	
	2022	2021
Déficit/Superávit do exercício	(3.054.104)	1.462.746
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação e amortização	648.457	581.850
Juros a transcorrer	37.405	-
Despesa com provisões para riscos tributários/fiscais	-	111.294
Perdas de crédito esperadas	(619.870)	884.304
Ganho/(perda) na variação de propriedades para investimento	(2.796.205)	(3.058.147)
Déficit do exercício ajustado	(5.784.317)	(17.953)
Aumento/(Diminuição) das contas de ativo e passivo		
Contas a receber	137.191	(1.016.789)
Adiantamentos diversos	(20.835)	(114.980)
Depósitos judiciais	2.594.696	3.001.507
Fornecedores	58.965	232.688
Obrigações trabalhistas	215.786	(111.381)
Serviços prestados a pagar	1.133.114	(733.212)
Adiantamentos de clientes	(295.157)	31.193
Provisão para demandas judiciais	(2.597.751)	(3.215.486)
Outros	(602.125)	517.510
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(5.160.433)	(1.426.903)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizados	(1.011.095)	(233.112)
Aquisição de ativo intangível	(465.926)	(97.189)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(1.477.021)	(330.301)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captações e pagamentos dos financiamentos	5.903.854	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	5.903.854	-
Diminuição líquida de caixa e equivalentes de caixa	(733.600)	(1.757.204)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.539.349	5.296.553
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.805.749	3.539.349
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(733.600)	(1.757.204)

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em Reais)

e. Demonstração do valor adicionado

	Em moeda de capacidade aquisitiva constante	
	2022	2021
Receitas		
Receitas de serviços	31.452.888	33.830.350
Ganho na variação de propriedades para investimento	2.796.205	3.058.147
Perdas de crédito esperadas - Reversão/(Constituição)	619.870	(884.304)
Receitas/despesas diversas	216.236	277.351
	<u>35.085.199</u>	<u>36.281.544</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Despesas dos serviços prestados	(13.382.838)	(12.738.068)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(8.228.939)	(6.012.988)
	<u>(21.611.777)</u>	<u>(18.751.056)</u>
Valor adicionado bruto	<u>13.473.422</u>	<u>17.530.488</u>
Depreciação e amortização	(648.457)	(581.850)
Valor adicionado líquido gerado pela Fundação	<u>12.824.965</u>	<u>16.948.638</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	115.759	222.574
Receitas de aluguéis	1.688.291	1.082.062
	<u>1.804.050</u>	<u>1.304.636</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>14.629.015</u>	<u>18.253.274</u>
Empregados		
Remuneração direta	11.231.685	10.987.152
Benefícios	2.260.454	1.935.567
FGTS	967.698	1.084.938
	<u>14.459.837</u>	<u>14.007.657</u>
Tributos		
INSS empresa	2.746.224	2.591.955
PIS sobre folha	105.606	97.957
Outras taxas e contribuições	50.878	88.610
Impostos, taxas e contribuições	<u>2.902.708</u>	<u>2.778.522</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	320.574	4.349
Remuneração de capitais próprios		
Déficit/Superávit do exercício	(3.054.104)	1.462.746
Distribuição do valor adicionado	<u>14.629.015</u>	<u>18.253.274</u>

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS -
FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

Composição do Conselho Curador

Presidente

Reinaldo Guerreiro

Conselheiros Natos

Ariovaldo dos Santos (licenciado)
Edgard Bruno Cornacchione Jr. (licenciado)
Eliseu Martins (licenciado)
Fábio Frezatti
Gerlando Augusto Sampaio Franco de Lima
Sérgio de Iudícibus (licenciado)
Valmor Slomski
Wellington Rocha

Conselheiros Eleitos

Bruno Meirelles Salotti
Carlos Alberto Pereira
Jerônimo Antunes
João Carlos Castilho Garcia
João Vinícius de França Carvalho
Mara Jane Contrera Malacrida
Márcio Luiz Borinelli
Marco Tullio de Castro Vasconcelos

Composição da Diretoria Executiva

Edgard Bruno Cornacchione Jr
Diretor Presidente

João Domiraci Paccez
Diretor Administrativo-Financeiro

Fernando Dal Ri Murcia
Diretor de Pesquisas

Andson Braga de Aguiar
Diretor de Cursos

Composição do Conselho Fiscal

Titulares:

Guillermo Oscar Braunbeck
José Roberto Kassai
Ernesto Rubens Gelbcke (in memoriam)

Suplentes:

Raquel Wille Sarquis
Joshua Onome Imoniama
Gustavo Gonçalves Vettori

Mariângela Matias
Contadora
CRC 1 SP 238572/O - 3